**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, NA FORMA ELETRÔNICA (COTAÇÃO ELETRÔNICA – COTEP)**

A Subsecretaria de Compras Públicas (SUBCOMP), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), buscando apoiar os órgãos e entidades para realizar seus procedimentos de contratação, disponibiliza este modelo de termo de referência como sugestão para orientar as **contratações diretas por dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (COTEP)**, com **fundamento nos incisos I e II, do art. 75, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e na Resolução SEPLAG nº. 034, de 24 de março de 2023**.

O termo de referência é um documento da fase preparatória do processo licitatório (art. 18, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021), cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento de uma necessidade, devendo estar alinhado com o Estudo Técnico Preliminar, quando houver. O termo de referência possui fundamentação no inciso XXIII, do art. 6º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

O presente documento ainda não se trata de minuta padronizada cuja utilização seja obrigatória. Todavia, recomenda-se fortemente seu uso, pois trará mais celeridade tanto para a unidade responsável pela descrição do objeto a ser contrato, quanto para as demais áreas envolvidas, especialmente as de compras e as jurídicas.

O documento possui notas explicativas cujo texto está em destaque amarelo e têm por objetivo orientar o preenchimento e trazer esclarecimentos ao usuário. Tais notas deverão ser excluídas quando da finalização do documento e geração de sua versão final.

Há textos destacados em verde, que contemplam campos cujas informações deverão ser preenchidas pelo responsável pela elaboração, bem como sugestões alternativas de redação que deverão ser escolhidas pelo usuário conforme a situação diante da qual se encontra. Sugere-se que os textos em verde sejam mantidos com esse realce quando do envio para a unidade de compras e para o jurídico, a fim de facilitar a identificação. Quanto às redações alternativas, sugere-se excluí-las. Após todo o tramite processual e quando da geração da versão final do termo de referência para fins de publicação/divulgação, os realces em verde deverão ser retirados.

Os **textos em preto** são redações sobre as quais se espera não ter alterações. Porém, sabendo que o Termo de Referência pode ser adequado em função da peculiaridade do objeto, eventuais modificações deverão ter o texto em **fonte vermelha** para facilitar a identificação dos ajustes. O mesmo deverá ser feito para o caso de inserção de textos e cláusulas não previstos no documento.

Por fim, deve-se atentar para o uso da versão mais recente do documento (número localizado no canto superior direito das páginas), devendo ser informado nos autos qual a versão utilizada.

Sugestões de alteração e melhoria podem ser encaminhadas pelo [Fale Conosco da NLLC.](https://www.questionpro.com/a/TakeSurvey?tt=xWhz8pFbDtU%3D)

|  |  |
| --- | --- |
| **LEGENDA** | |
| Texto com Realce Amarelo | Nota explicativa, a qual deverá ser excluída ao final da elaboração do documento. |
| Texto com Realce Verde | Campos para preenchimento ou cláusulas/ redações alternativas |
| Texto com Fonte Preta | Textos invariáveis |
| Texto com Fonte Vermelha | Textos alterados/incluídos |

**CONTROLE DE VERSÕES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Versão** | **Data** | **Alterações** |
| 1.0 | 01/2024 | N/A |
|  |  |  |
|  |  |  |

**OBSERVAÇÃO: EXCLUIR ESSA EXPLICAÇÃO E TODAS AS NOTAS EXPLICATIVAS AO FINAL**

Inserir o nome do ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

**MODELO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATA** | **ÓRGÃO SOLICITANTE/ENTIDADE** | **NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA** |
| XX/XX/20XX |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO** | **SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA** |
| Nome:  E-mail: |  |

Sumário

[1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO 4](#_Toc158221618)

[2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO 7](#_Toc158221619)

[3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 8](#_Toc158221620)

[4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO 16](#_Toc158221621)

[5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO: 18](#_Toc158221622)

[6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO 24](#_Toc158221623)

[7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO 24](#_Toc158221624)

[8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR 28](#_Toc158221625)

[9. HABILITAÇÃO 29](#_Toc158221626)

[10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES. 38](#_Toc158221627)

[11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 42](#_Toc158221628)

[12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO 45](#_Toc158221629)

[13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 46](#_Toc158221630)

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
   1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de [inserir objeto], nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **CÓDIGO DO ITEM NO SIAD** | **DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS** | **COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**Nota Explicativa** – A coerência entre a unidade de medida escolhida e a descrição do item é essencial para garantir que o procedimento de contratação seja eficiente e atenda às necessidades da organização. Além disso, é importante observar que a escolha definida não ocasione restrição de mercado ou apresentar justificativa para tal restrição.

Os objetos para contratação são parametrizados pela equipe do Catálogo de Materiais e Serviços – Catmas. Na necessidade de cadastrar novo objeto, envie e-mail para catalogo.materiais@planejamento.mg.gov.br e consulte [os manuais no Portal de Compras MG](https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/agente-publico/).

O processo no Portal de Compras deve ser um reflexo do processo SEI. Assim, a unidade de aquisição e o quantitativo presentes no Termo de Referência devem ser idênticos àqueles apresentados no Portal de Compras.

Caso conste no processo justificativa de orçamento sigiloso, as colunas “Valor Unitário” e “Valor Total” deverão ser excluídas

* 1. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

**OU**

* 1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006)

**OU**

* 1. A participação no(s) lote(s) [inserir nº dos lotes] da presente Cotação Eletrônica de Preços é **exclusiva** aos fornecedores enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018, estando os demais lotes abertos à participação de todos.

**Nota Explicativa**: Para o item 1.2, destaca-se que nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Segundo o art. 49, inciso IV, da Lei Complementar n.º 123/2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto nº 47.437/2018, o tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas não se aplica, dentre outras hipóteses, quando "IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”.

Interpretando-se o dispositivo, verifica-se que, em se tratando de dispensas de licitação pelo valor, tratadas, na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no art. 75, incisos I e II, o procedimento de dispensa deverá ser, de forma preferencial, destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, I, da LC n.º 123/2006 c/c o art. 8º, do Decreto nº 47.437/2018), nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Ressalta-se que não se aplica às contratações por dispensa pelo valor, o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art.11, do Decreto nº 47.437/2018 (cota reservada): “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.”

Como exceção, o tratamento diferenciado poderá ser afastado, entretanto, caso se constate a incidência, no caso concreto, do disposto nos incisos II ou III do art. 49, da LC n.º 123/2006  c/c incisos I e II do art. 14 do Decreto nº 47.437/2018. Nessa hipótese, a Administração deverá apresentar as devidas justificativas nos autos do processo de contratação direta. A ausência de reserva deve ser devidamente fundamentada, explicando os motivos que levaram à escolha de não priorizar a participação dessas categorias de empresas. A justificativa deverá conter análise prévia da necessidade e da vantajosidade, ou não, da pactuação prioritária com ME’s e EPP’s. No registro do exame de vantajosidade, hão de ser consideradas as circunstâncias práticas concretas da contratação.

Por outro lado, se a decisão for reservar parte dos lotes para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, e parte para ampla participação, é fundamental detalhar claramente quais lotes estão designados para cada categoria. Essa especificação proporciona transparência no processo de licitação, permitindo que os interessados compreendam as condições e critérios de participação de forma clara e objetiva

* 1. O prazo de vigência da contratação é de [...] contados do primeiro dia útil subsequente à assinatura, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**OU**

* 1. O prazo de vigência da contratação é de [...] (Máximo de 5 anos) contado do (a) [...], prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
     1. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa**: No caso de opção por formalizar o instrumento contratual no preenchimento do item 1.3, orienta-se que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP confere eficácia ao contrato; sendo que essa situação impossibilita iniciar a execução na mesma data da assinatura, devendo o órgão/entidade providenciar a divulgação do contrato nos termos do art. 94, II da Lei nº 14.133/2021.

Para efeitos de observância do limite financeiro previsto no 75, I e II, deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais

**OU**

* 1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, [Inserir inciso/hipótese] da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por [carta-contrato **OU** nota de empenho de despesa **OU** autorização de compra], considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota explicativa**: Deve-se escolher uma das redações para o item 1.3, excluindo as demais possibilidades. No caso de não utilizar contrato, o usuário deverá selecionar um dos instrumentos indicados, excluindo os demais, bem como indicar qual das hipóteses do art. 95 (I - dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor) fundamenta a situação. A decisão sobre a dispensa do instrumento contratual geralmente envolve uma análise cuidadosa das circunstâncias específicas do contrato e do objeto envolvido. O responsável pela elaboração, deve levar em consideração diversos fatores, e a complexidade do objeto é um deles. A complexidade do objeto refere-se à dificuldade ou sofisticação das atividades, produtos ou serviços a serem fornecidos sob o contrato. Quanto mais complexo o objeto, maior a probabilidade de que um contrato detalhado e formal seja necessário para garantir que ambas as partes compreendam suas responsabilidades e obrigações. No entanto, em certas situações, mesmo contratos com objetos menos complexos podem exigir instrumentos contratuais formais, especialmente quando há riscos significativos envolvidos, necessidade de clareza nas expectativas das partes ou requisitos legais que demandam uma documentação específica.

* 1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**Nota explicativa**: O item 1.4 deve ser excluído deste documento quando o responsável pela elaboração optar por dispensar o instrumento contratual. No entanto, é crucial realizar essa exclusão com cuidado, assegurando que cláusulas legalmente necessárias ou essenciais para a proteção das partes não sejam inadvertidamente removidas.

* 1. **Descrição da Solução:**

[Inserir o detalhamento/complementação do objeto, descrevendo de forma alinhada à solução indicada no ETP, quando houver. Deve-se considerar e evidenciar os elementos indispensáveis para a caracterização do item de serviço].

**Nota Explicativa**: Corresponde à alínea “c”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 (“descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto”). Também deverão estar contidos nesse item o disposto no art. 40, §1º, incisos I e III, a saber: “§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações: I – especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança”. Os incisos II e III do respectivo artigo estão dispostos em outras seções deste documento.

Perguntas Auxiliares:

- O que contratar?

- Existe legislação específica relacionada à contratação?

1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
   1. [Inserir texto com a justificativa/fundamentação da necessidade da contratação, levando em consideração a solução escolhida no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP), quando houver, ou outros documentos que embasem a contratação]

**Nota Explicativa**: O item 2.1 corresponde à alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 (“fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;”).

O princípio da motivação integra o regime jurídico administrativo, impondo a necessidade de se explicitar o motivo (situação fática) e o fundamento jurídico dos atos administrativos. Determina que a Administração deve justificar todos os seus atos.

Para a construção da justificativa, sugerimos que seja levado em consideração as pontuações abaixo:

1. Exponha as razões pelas quais a contratação irá suprir a necessidade da Administração.
2. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação.
3. Perguntas auxiliares:
   1. Por que contratar?
   2. Para que contratar?
   3. Qual o objetivo da contratação?
   4. Qual o impacto de ficar sem a contratação?
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Nota explicativa** – No tópico 3, “Requisitos da contratação”, deve-se apresentar as exigências mínimas necessárias, que não comprometem a competitividade do procedimento, para garantir o pleno atendimento da demanda da administração e da execução do objeto contratado.

Tais exigências devem encontrar respaldo no Estudo Técnico Preliminar, quando houver, ou em estudos posteriores necessários ao refinamento do objeto quando da elaboração do Termo de Referência.

* 1. **Da Participação de Consórcio:**
     1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio

**OU**

* + 1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente, conforme [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa:** Conforme art.15, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração nos autos do processo.

* 1. **Da Subcontratação:**
     1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**OU**

* + 1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a [Inserir parcela permitida/percentual].
    2. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a comprovação de capacidade financeira ou técnica.
    3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 122, §3º, da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
    4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme §1º, art. 122, da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa** – O item 3.2.1, conforme disposto no art. 122 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, trata da subcontratação para execução dos contratos.

**1** - No caso de optar por permitir a subcontratação, deve assim, apresentar justificativa bem fundamentada. Essa justificativa deve explicar claramente as razões por trás da decisão e demonstrar que a subcontratação é uma escolha estratégica que beneficiará todas as partes envolvidas. Existem pontos que podem ser abordados na motivação, como o destaque dos benefícios esperados, como acesso à especialistas, maior flexibilidade operacional; a demonstração de como a subcontratação ajudará a preencher lacunas nas habilidades; entre outras.

**2 -** Caso haja necessidade de inclusão de outras especificações técnicas quanto à subcontratação, deverão ser inseridas neste item.

**3 -** A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida, o Termo de Referência estabelecerá com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

**4 -** A depender da parcela do serviço cuja subcontratação será permitida, poderá ser previsto que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto a ser licitado, conforme § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Nesta hipótese, mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

**5 –** A subcontratação deve ser avaliada à luz do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

* 1. **Da Sustentabilidade:**
     1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:
        1. [Inserir requisitos]

**OU**

* + 1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa**: O item 3.3.1 trata da sustentabilidade, que é um dos princípios e objetivos do processo de compras públicas trazido nos artigos 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 no escopo do desenvolvimento nacional sustentável. Conforme [Parecer 0001/2021 da Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/copy_of_PARECER01.2021CNS.pdf), a norma que decorre da Constituição, tratados e legislação vigente **impõe a observância da sustentabilidade como obrigatória**. Destaca-se da referida manifestação a advertência de que consta da Lei 14.133:

“(iv) obrigatoriedade de descrição, no estudo técnico preliminar, dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos os requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável – art. 18, §1º, XII;

[...]

(xi) obrigatoriedade de as licitações de obras e serviços de engenharia respeitarem, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; mitigação por condicionantes e composição ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental; utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística; proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio de avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida - art. 45.

[...]

57. Inclusive, a Lei nº 12.305, de 2010 impõe como prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis, assim como os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (art. 7º, inciso XI). Por outro lado, estabelece o dever para todas as pessoas jurídicas de direito público de gerir e dar uma destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos relativos a suas contratações (art. 1º, § 1º).”

Deve-se atentar que não se trata apenas de questões ambientais, sendo a sustentabilidade um conceito multidimensional, que abarca as também as perspectivas social, econômica e cultural (esta última vem sendo recentemente reconhecida). Recomenda-se consultar o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf) como fonte para identificar práticas sustentáveis nas compras públicas. Também há a [Cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/cartilha-como-inerir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-publicas.pdf) como boa fonte de consulta. Para fins de exigência enquanto requisitos da contratação, deve-se observar a clareza e objetividade dos critérios incluídos.

Servem de amparo as regras do art. 22, §1º do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (LINDB), o qual expõe que:

“Art. 22.  Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

**Tais determinações legais incidem nas contratações em todos os níveis da federação e obrigam os gestores estaduais.** Se, em dada situação específica, a Administração Pública encontrar obstáculos ao cumprimento dos referidos deveres de sustentabilidade, cabe à autoridade competente indicar as razões que comprovadamente impedem a consecução da(s) determinação(ões) legislativa(s), no estudo técnico preliminar ou nos autos do processo administrativo. Como se trata de exceção à regra geral que decorre da Constituição e das leis, é preciso que haja especificação dos dados da realidade que são aptos a evidenciar a impossibilidade de cumprir o ordenamento.

* 1. **Da indicação de marcas ou modelos**
     1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

**OU**

* + 1. Na presente contratação será(ão) exigida(s) a(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme permitido pelo inciso I, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...], para os lotes/itens:
       1. ~~[~~Indicar o lote/item e inserir marca/modelo exigido]

**Nota Explicativa** – Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

O item 3.4.1 observa o disposto no art. 41, inciso I da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que prevê a possibilidade de a administração, em caráter excepcional e desde que formalmente justificado no Estudo Técnico Preliminar ou nos autos processuais, indicar uma ou mais marcas ou modelos do objeto. Nos casos em que a indicação da marca for para fins de referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve-se usar a expressão “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”.

Sobre a **similaridade**, destacamos que quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”.

Permite-se menção a marca de referência como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

* 1. **Da vedação de utilização de marca ou modelo**
     1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

**OU**

* + 1. Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, conforme inciso III, art. 41, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:
       1. [Indicar o lote/item e inserir marca/modelo **não** admitido]

**Nota Explicativa** – Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração vede o emprego de marca ou produto de bens empregados na execução do objeto da contratação.

No item 3.5.1 somente será possível vedar a aquisição de produto ou marca se houver processo administrativo prévio no qual as razões administrativas tenham sido expostas, com possibilidade de participação do particular envolvido, a fim de que a exclusão de marca ou produto não constitua um ato arbitrário, conforme art. 41, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021). As razões para a vedação devem ser apresentadas nos autos do processo, inclusive com citação de trechos do processo administrativo em que se consolidou a vedação, se for o caso.

Só se admite a vedação de marca/modelo ou sua indicação excepcional e motivada se não resultar em restrição indevida da competitividade.  Não se admite proibição ou escolha arbitrárias. Isso não exclui regra editalícia que apresente justificativa técnica embasada, p. ex., na padronização dos bens, com as facilidades de gestão daí decorrentes, com destaque para manutenção e aproveitamento de peças. A motivação deve ser sempre objetiva e específica, pontuando as características do caso concreto, de modo que estejam claras as razões de se vedar a participação de uma dada marca ou modelo ou sua enumeração como referência equivalente.

* 1. **Da exigência de carta de solidariedade**
     1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

**OU**

* + 1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato,considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa** – Embora se trate de prestação de serviço, é possível que o conjunto de obrigações da contratação envolva fornecimento de algum bem ou execução específica de serviço autorizado, situação na qual a exigência de carta de solidariedade pode se revelar possível.

Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade no item 3.6.1 somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas, conforme art.41, inciso IV da Lei 14133/2021.

Em se tratando de objeto simples (não complexo), não cabe exigir carta de solidariedade. Igualmente não se admite tal exigência se a carta de solidariedade não é essencial como garantia à futura execução do contrato, consideradas a natureza e características do objeto licitado (ex: lápis) Carta de solidariedade justifica-se nos casos em que é preciso fixar solidariedade entre fornecedor (contratado da Administração Pública) e fabricante, atestando-se a originalidade do produto.

* 1. **Da Garantia da Contratação**
     1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

**OU**

* + 1. Será exigida a garantia de execução da contratação, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de [inserir percentual de até 5% (padrão) ou de até 10% desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos] do valor total inicial do contrato, conforme regras estabelecidas na minuta contratual.
       1. O adjudicatário poderá ofertar garantia de execução em momento anterior ou posterior à assinatura do contrato, a depender da modalidade eleita.
       2. A garantia posterior à assinatura do contrato, deverá ser prestada em até [inserir prazo] [escrever por extenso] dias corridos.

**Nota Explicativa**: No preenchimento do item 3.7.1, a área técnica competente deverá indicar se a contratação utilizará a garantia de execução ou não. As regras especificas sobre garantia, pelo seu caráter jurídico, estarão previstas no contrato e deverão ser nele inseridas caso haja indicação positiva no Termo de Referência. Caso não haja uso de minuta contratual, recomenda-se copiar e colar aqui as regras do contrato sobre esse assunto.

O percentual da garantia será de: a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral, conforme art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021; c) deverá ser acrescido de garantia adicional aos percentuais citados anteriormente, em casos de previsão de antecipação de pagamento, nos termos do art. 145, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021; d) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia calculado de acordo com os itens anteriores.

Para fins de viabilizar a apresentação da garantia posteriormente à assinatura do contrato, sugerimos um prazo de até 30 dias.

* 1. **Condições e especificações da garantia do serviço.**
     1. Será aplicada ao serviço, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

**Nota explicativa**: O art. 40, §1º, inciso III da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 prevê que o termo de referência deverá conter especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso. Assim, apresenta-se no item 3.8.1 a aplicação da garantia do Código de Defesa do Consumidor – CDC, cujo prazo é de 30 dias para serviços não-duráveis e de 90 dias para serviços duráveis.

**OU**

* + 1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal prevista pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), será de, no mínimo, \_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
       1. **As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.**
    2. **A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do serviço prestado, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante**
    3. **Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até [**inserir prazo]([inserir prazo por extenso]) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da notificação.**
    4. **O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.**
    5. **Decorrido o prazo para reparo da prestação do serviço sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição de componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço prestado.**
    6. **O custo referente ao reparo na prestação do serviço durante o período da garantia será de responsabilidade do Contratado.**
    7. **A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.**

**Nota explicativa**: O prazo do CDC é de 30 dias para serviços não-duráveis e de 90 dias para serviços duráveis. Fica a critério da Administração exigir - ou não - a garantia contratual do serviço, complementar à garantia legal, mediante a devida fundamentação. A exigência de garantia no item 3.8.1, bem como o prazo previsto devem ser justificados nos autos. Não a exigindo, deverá suprimir o item.

* 1. **Da Vistoria**
     1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

**OU**

* + 1. **A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.**
    2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.
    3. **A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.**
    4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até [descrever o número de dias – escrever por extenso] antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.
    5. A vistoria será realizada nas seguintes condições:
       1. [Estabelecer condições específicas ao objeto].
    6. A vistoria será acompanhada por pelo menos [indicar o número de servidores – escrever por extenso] servidores, designados no momento da Vistoria.
    7. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

**Nota Explicativa: Item 3.9 - É assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia no local de execução do serviço sempre que o órgão ou entidade contratante considerar essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, conforme disposto no §2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Ainda assim, segundo o texto legal, o contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá que atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico, tendo em vista o disposto no §3º do art. 63 da referida Lei.**

1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
   1. **Prazo e Condições da Prestação do Serviço:**
      1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
         1. Início da execução do objeto: [...] dias da data [da assinatura do contrato] **OU** [da emissão da ordem de serviço];
         2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
            1. [Inserir informações]
         3. Cronograma de realização dos serviços: [...]
         4. Etapa [...] Período / a partir de / após concluído [...]
         5. [Inserir demais condições de execução do serviço, caso necessário].
   2. **Do Local e Horário da Prestação do Serviço:**
      1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: [Inserir endereço], no horário de [Inserir horário].
      2. [Inserir as condições e os contatos dos responsáveis caso seja necessário o agendamento para a realização do serviço].
   3. **Dos Materiais a serem disponibilizados:**
      1. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro.

**OU**

* + 1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de referência, promovendo sua substituição quando necessário:
       1. [Descrever os materiais]

**Nota Explicativa:** O item 4.3.1, segunda opção de texto, somente deverá constar no Termo de Referência caso os serviços englobem também a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração, devendo, nesse caso, ser fixada a previsão da estimativa de consumo e de padrões mínimos de qualidade.

* 1. **Regime de Execução:**
     1. O regime de execução do contrato será [INSERIR O REGIME DE EXECUÇÃO ESCOLHIDO].

**Nota Explicativa** – O regime de execução deve ser ponderado e explicitado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital ou aviso, permitindo-se aos interessados a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual. Na **empreitada por preço global**, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos interessados todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Já na **empreitada por preço unitário**, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Assim, na empreitada por preço unitário haverá a execução do contrato conforme a demanda, e esse regime de execução foi criado para resolver o problema da necessidade de fixar uma remuneração sem que se tivesse, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado. **A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser contratado.**

1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:
   1. **Condições de recebimento:**
      1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo (s) detalhado (s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
      2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
      3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
      4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
      5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até [inserir número de dias – escrever por extenso] dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.1.3, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

O recebimento definitivo de bens ocorre na área que requereu a aquisição/fornecimento. O fiscal do contrato deverá conferir detalhadamente a especificação, integridade, quantidade, prazos de validade, instalação e correto funcionamento, dentre outros requisitos informados neste documento e/ou Contrato.

Não havendo irregularidades, o fiscal irá atestar a nota fiscal e solicitar o cadastro regular do bem no sistema adequado, bem como o registro de patrimônio se se tratar de bem permanente. O recebimento definitivo será então formalizado.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**Nota Explicativa:** Em caso de necessidade de prorrogação do prazo para recebimento definitivo, previsto no item 5.1.4, é fundamental formalizar, **antes** do fim do prazo, motivadamente, a conveniência da prorrogação.

Isso porque, diante de eventual omissão ou inércia quanto ao pedido de prorrogação neste caso, decorridos os prazos necessários à análise técnica e/ou vistoria por parte da Administração, presume-se a aceitação, pois o contratado não pode ser constrangido a aguardar indefinidamente pela manifestação administrativa.

* + 1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
    2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
    3. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
    4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
    5. A avaliação da execução do objeto utilizará [o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo [........] **OU** documento que o substitua].
    6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços

**Nota explicativa**: Item 5.1.11 e 5.1.12 - É necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Dessa forma, para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

* + 1. [Inserir demais critérios de medição, conforme o objeto a ser contratado, quando cabível].
  1. **Da Liquidação**
     1. A Liquidação será efetuada no prazo de até [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias corridos contados da data da entrega definitiva do serviço e respectivo aceite do Contratante.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.2.1, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
       1. O vencimento;
       2. A data da emissão;
       3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
       4. O período respectivo de execução do objeto;
       5. O valor a pagar; e
       6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
    2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
    3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  1. **Do Pagamento**
     1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
        1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.3.1, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do [Indicar o índice ou taxa que deverá ser utilizado].

**Nota Explicativa**: No item 5.3.2 deverá a Administração indicar o índice de preços a ser utilizado para a atualização monetária do valor devido ao contratado. A título de informação, alguns índices utilizados são a taxa SELIC e o IPCA. O Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC - é um sistema operado pelo Banco Central do Brasil (BCB) que desempenha um papel crucial no mercado financeiro brasileiro. Ele foi desenvolvido para facilitar a liquidação e custódia de operações com títulos públicos federais e outras transações financeiras. Já o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo): É o indicador oficial do Governo Federal para medir a inflação.

* + 1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
    2. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
    3. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
    4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
       1. Não produzir os resultados acordados;
       2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
       3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
  1. **Da Antecipação do Pagamento**

**Nota Explicativa:** Incluir o item 5.4 no caso de a contratação adotar o pagamento antecipado previsto no §1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Importante lembrar que, para a utilização deste mecanismo, é necessário que se demonstre nos autos que a antecipação do pagamento é, alternativamente, ou condição indispensável para a obtenção do bem, ou propicia sensível economia de recursos. Em todo caso, a Lei impõe que a adoção do pagamento antecipado, parcial ou total, seja precedida de justificativa prévia.

* + 1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial OU total], considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...]..
    2. O contratado emitirá [recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ [Inserir o valor (valor por extenso)], tão logo [incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o contratante efetue o pagamento antecipado.
    3. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:
       1. R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.
       2. (...)

**Nota Explicativa**: Cabe à área técnica definir a forma para o pagamento antecipado, conforme as peculiaridades do contrato. No item 5.4.3 é possível, por exemplo: fazer o pagamento antecipado apenas parcial, com o remanescente sendo pago com a execução do contrato; estabelecer pagamento antecipado integralmente no início do contrato ou dividido em etapas; prever prazos antes ou após o início da etapa conforme o cronograma fixado para o fornecimento dos bens, ou ainda combinar as possibilidades acima, dentre outras. Saliente-se, apenas, que a forma de antecipação do pagamento (se integralmente no início, se por etapas etc.) deve ser objeto de justificativa específica, que motive a estratégia utilizada pelo contratante.

* + 1. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.
       1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.
       2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do   ........ (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.
    2. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
    3. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ...... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).
    4. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.
    5. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:
       1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;
       2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de [...] %.

**Nota Explicativa**: A adoção das providências, prevista no item 5.4.8, é facultativa, conforme §2º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e deve ser objeto de justificativa que demonstre a adequação das opções escolhidas, incluindo valores e percentuais respectivos, com a contratação em questão e a antecipação a ser feita.

A comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto somente está condicionada a existência de antecipação de pagamento durante a execução contratual e não só no início do contrato. Se houver utilização dessa cautela, deve haver a previsão dos momentos de comprovação de execução para os fins deste item.

* + 1. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes

1. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
   1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**OU**

* 1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
     1. [Descrever etapas]

**Nota Explicativa:** Caso exigido, o Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. Deve a Administração especificar essas exigências.

1. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
   1. **Regras Gerais:**
      1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.
      2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
      3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
      4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
      5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.
   2. **Da Fiscalização do Contrato**
      1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
      9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
      10. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa** – Nos termos do art. 17, do Decreto nº. 48.587, de 2023, poderão ser definidas outras atribuições ao fiscal tendo em vista a especificidade do contrato e peculiaridades do caso concreto.

* 1. **Da Gestão do Contrato**
     1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     9. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa** – Nos termos do art. 17, do Decreto nº. 48.587, de 2023, poderão ser definidas outras atribuições ao gestor tendo em vista a especificidade do contrato e peculiaridades do caso concreto.

* 1. **Do Preposto**
     1. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

**OU**

* + 1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
    2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período [descrever período].
    3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Nota Explicativa**: A opção do órgão ou entidade pela exigência de manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto deverá ser previamente justificada, considerando a natureza dos serviços prestados.

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
   1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso [inserir o número do inciso, conforme o caso concreto] da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de [MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO POR LOTE], conforme justificativa apresentada no [OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica nº....].

**Nota Explicativa**: Dever ser escolhido o inciso que fundamentará a contratação, sendo: I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ou II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Os valores acima estão atualizados, como dispõe o art. 182, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e conforme o Decreto Federal nº. 11.871, de 2023.

Para efeitos de observância do limite financeiro previsto no 75, I e II, deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais.

* 1. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta**
     1. A proposta terá validade de [inserir prazo] ([inserir prazo por extenso]) dias corridos contados da data da aceitação.
     2. [Inserir demais critérios de aceitabilidade da proposta em razão da especificidade do objeto, quando houver]
  2. **Da Prova de Conceito (PoC):**
     1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

**OU**

* + 1. Será exigida prova de conceito, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...], considerando [Inserir justificativa], conforme disposto no §3º, art. 17 e inciso II, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para comprovação de que os serviços prestados possuem funcionalidade de acordo com as especificações técnicas solicitadas neste Termo de Referência, para os lotes/itens: [informar os lotes/itens que terão necessidade de prova de conceito].
    2. [Descrever detalhadamente o procedimento a ser realizado na Prova de Conceito, as exigências a serem observadas pelos fornecedores, com a devida especificação dos critérios objetivos para avaliação].

1. HABILITAÇÃO
   1. **Habilitação Jurídica:**
      1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).
      2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
      3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
      4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
      5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
      6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
      7. No caso de exercício de atividade de [\_\_\_\_\_\_\_], deverá ser apresentado ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. [\_\_\_\_ da (Lei/Decreto n° \_\_\_\_ )].

**Nota explicativa:** Item 9.1.7 poderá ser suprimido quando for o caso.

* + 1. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

**Nota explicativa:** o Item 9.1.8 deverá ser excluído em caso de vedação à participação do consórcio.

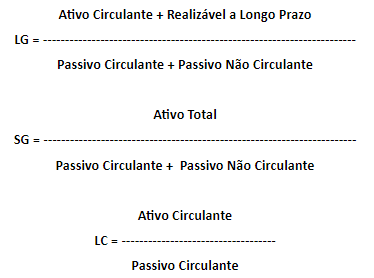
* 1. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

**Nota explicativa:** Nos casos de contratação de pessoas físicas, exigir somente o CPF e a quitação com a Fazenda Federal e Estadual, e suprimir os demais subitens.

* + 1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
    2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
    3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Nota explicativa:** Item 8.2.3 - Desde a nota jurídica nº 2608, de 2010, a Consultoria Jurídica da AGE já entendia pela necessidade de verificação do objeto a ser contratado para fins de inserção da necessidade de regularidade fiscal Municipal. Destarte, as exigências de regularidade fiscal nas licitações deverão ser estabelecidas a partir de critérios de pertinência no tocante à atividade relacionada com o objeto do contrato, em interpretação consonante ao art. 193 do CTN. Mais recentemente este Núcleo de Assessoramento Jurídico na nota jurídica nº 44, de 2017, adotou a mesma orientação permitindo a dispensa da certidão municipal para aquisição de bens e materiais, ‘desde que a área técnica identifique; em  cada caso, que tal dispensa não represente riscos para a consecução do objeto.

* + - 1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
      2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
    1. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
    2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
    3. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
  1. **Qualificação Econômico-Financeira:**
     1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
     2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:
        1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



* + - 1. Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo / patrimônio líquido mínimo] de \_\_\_\_\_\_\_\_ % [até 10%] do [valor total estimado da compra / valor total estimado da parcela pertinente].
         1. Para os casos de consórcios, exceto os consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de \_\_\_\_\_\_\_\_ % do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

**Nota explicativa:** Item 8.3.2.2.1 –Para o caso de consórcios, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/21: § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei. Inserir este valor ou percentual específico para consórcios, se for o caso. Caso não seja permitida a participação de consórcios, excluir o item 8.3.2.2.1.

* + - 1. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
      2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
      3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
      4. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**Nota explicativa**: Excluir toda a cláusula de balanço, **i**tem 8.3.2, caso não seja aplicável sua exigência. De acordo com o TJMG, " É nula a exigência do edital de apresentação do balanço patrimonial anual para a habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte em procedimentos licitatórios, em razão da dispensa de escrituração prevista no artigo 1.179, §2º do Código Civil, e na Lei Complementar nº 123/2006” (TJMG - Remessa Necessária-Cv  1.0000.22.090633-3/001, pub. 06.10.2022).

* 1. **Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico Profissional**
     1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

**OU**

* + 1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.
       1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
    2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .........(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

**Nota explicativa**: Item 9.4.2 - A exigência dos documentos só deve ser formulada quando, por determinação legal, o exercício de determinada atividade seja afetado pelo ao objeto contratual, esteja estando sujeito à fiscalização da entidade profissional competente, a ser indicada expressamente no dispositivo.

Quando não existir determinação legal atrelando o exercício de determinada atividade ao correspondente conselho de fiscalização profissional, a exigência de registro ou inscrição, para fim de habilitação, torna-se inaplicável. Nessas situações, o referido subitem deve ser excluído.

* + 1. Para o (s) lote (s) / item (ens) [inserir o número do lote/item] deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, atendendo ao quantitativo mínimo de [Inserir percentual] % ([inserir percentual por extenso] por cento) das quantidades apresentadas no subitem 1.1 do Termo de Referência, conforme §2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021
       1. Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.
       2. Os atestados deverão conter:
          1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato).
          2. Local e data de emissão.
          3. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
          4. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto prestado.
       3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
          1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Nota Explicativa**: Item 9.4.3 - A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.

Observar os §1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

* + 1. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
    2. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
       1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
       2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
       3. Na hipótese do item 9.4.5, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.
    3. [Inserir outra qualificação técnico-operacional e/ou técnico profissional conforme especificidades do objeto, limitada àquelas dispostas no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante justificativa].
  1. **Habilitação de Consórcios**
     1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
     2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
     3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.
     4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 9.5.1.
     5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no item 4.3 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
     6. Não é permitido que uma empresa consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada participe do mesmo procedimento de contratação.
     7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**Nota Explicativa**: Todo item 9.5 deverá ser excluído caso a contratação não permita a participação de consórcio. Reforçando que A vedação de participação no processo de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do art. 15, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

* 1. **Habilitação de Cooperativas:**
     1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
        1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
        2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
        3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
        4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
        5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
        6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm#art112), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
        7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

**Nota Explicativa**: Todo item 8.6 deverá ser excluído caso a contratação não permita a participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas **(equiparados)**. “Alínea “a”, Inciso I, art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, diz que é vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

* 1. [Inserir outra qualificação técnico-operacional e/ou técnico profissional conforme especificidades do objeto, limitada àquelas dispostas no art. 67 da Lei Federal 14.133 de 2021, mediante justificativa].

1. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES.
   1. **Do Contratante:**
      1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
      2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
      3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas;
      4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto do Termo de Referência.
      5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
      6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
      7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
      8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;
      9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
      10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
          1. A Administração terá o prazo de até [inserir prazo] dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa**: O item 10.1.10.1, nos termos do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas. O órgão/entidade pode estabelecer prazo diferenciado de acordo com a complexidade do objeto e trâmites internos das áreas envolvidas. Caso não haja especificação, o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, estabelece que o prazo será de um mês.

* + 1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de [inserir prazo] dias corridos.

**Nota Explicativa**: O art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, prevê que é cláusula necessária do contrato administrativo aquela que versa sobre “o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso”. Como a lei não indicou o prazo a ser adotado nesse caso específico, a Administração poderá se utilizar do mesmo prazo previsto para as situações abrangidas, em geral, pelo art. 123 do texto legal, o que deverá ser analisado conforme as especificidades de cada órgão.

* + 1. Aplicar ao Contratado as sanções regulamentares.
    2. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
    3. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
    4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
    5. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Nota Explicativa**: Nota Explicativa – subitem 9.1.15 O órgão/entidade deve retirar caso não exista solicitação de garantia.

* + 1. [Podem ser incluídas outras obrigações que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa** – As cláusulas 10.1.1 a 10.1.15 são consideradas comuns às contratações, podendo a área responsável pela elaboração do TR incluir outras conforme o caso concreto.

* 1. **Do Contratado:** 
     1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
     2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;
     3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
     4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
     5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados;
     6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
     7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
     8. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
     9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
     10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
     11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
     12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
     13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
     14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
     15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
     16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
     17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
     18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
     20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
     21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
     22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
     23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
     24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
     25. [Podem ser incluídas outras obrigações que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa** – As cláusulas 10.2.1 a 10.2.24 são consideradas comuns às contratações, podendo a área responsável pela elaboração do TR incluir outras conforme o caso concreto.

1. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
      1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
      2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
      3. Der causa à inexecução total da contratação;
      4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
      5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
      6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
      7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
      8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
      9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
      10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
      11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
      12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
   2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
      1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
      2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
      3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
      4. **Multa:**

**Nota Explicativa**: O art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”

* + - 1. Moratória de [inserir percentual]% [inserir percentual por extenso] por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias.

**OU**

* + - 1. Moratória de [inserir percentual]% [inserir percentual por extenso] por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de [inserir percentual]% [inserir percentual por extenso], pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
         1. O atraso superior à de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021

**Nota explicativa**: O item 11.2.4.1, segunda opção de texto, deverá ser excluído no caso de não ser exigido garantia contratual

* + - 1. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens [descrever o item], de [inserir percentual] % a [inserir percentual] % do valor da contratação.

**Nota Explicativa**: O item 11.2.4.2, poderá ser excluído, conforme caso concreto.

O subitem “Multa” pode ser adequado a fim de penalizar com mais rigor as infrações mais graves e com menos rigor as infrações menos graves, como por exemplo:

“Para a infração descrita nos subitens [descrever o item], a multa será de [inserir percentual] % a [inserir percentual] % do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações: [indicar itens específicos de inexecução parcial que justifiquem pena diversa]”.

* 1. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
  6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  7. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
     1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
     2. As peculiaridades do caso concreto;
     3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
     4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
     5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
  9. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

1. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
   1. O custo estimado total da contratação é de R$... (por extenso), conforme custos unitários apostos [no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de referência] ou [em anexo].

**OU**

* 1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R$.....

**Nota explicativa** - Se adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável não poderá ser sigiloso.

**OU**

* 1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público após o julgamento das propostas, .

**Nota explicativa** - Utilizar essa redação somente quando adotado o critério de julgamento por menor preço e caso a Administração opte por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação. Se adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável não poderá ser sigiloso.

**OU**

* 1. O custo estimado total da contratação será levantado concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 1º do art. 14 da Resolução Seplag nº 34, de 2023

1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela [inserir a Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente].
   2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: [inserir a dotação orçamentária].
   3. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Nota explicativa** – A cláusula 13.2 deverá ser utilizada quando houver extrapolação da vigência contratual em relação ao exercício financeiro, seja no caso de fornecimento simples, seja no caso de fornecimento continuado.

[Local], [dia] de [mês], de [ano].

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome Elaborador:

Masp:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome Aprovador:

Masp: